

ANTI SIONISMO

UMA HISTÓRIA JUDAICA

BENJAMIN
MOSER



Para o povo palestino

καί τήν ποθεινήν πατρίδα παράσχου μοι,
Παραδείσου πάλιν ποιῶν πολίτην μέ.

*Concede-lhes a Terra Mãe que desejam,
E fá-los de novo cidadãos do Paraíso.*

Guardareis os meus decretos e todos os meus preceitos e cumpri-los-eis, a fim de que a terra para onde vos levo para nela habitardes vos não rejeite.

LEVÍTICO, 20:22

Apresentam-se nédios e bem nutridos. Ultrapassam mesmo os limites do mal. Não procedem de acordo com o direito, não defendem a causa do órfão e não fazem justiça em favor dos pobres!

JEREMIAS, 5:28

Os seus ricos são homens violentos, e os habitantes proferem mentiras. A sua língua é impostura na sua boca.

MIQUEIAS, 6:12

Porém, os teus olhos e o teu coração apenas procuram satisfazer a tua cobiça, derramar sangue inocente e exercer a opressão e a violência.

JEREMIAS, 22:17

Não revogarei o meu decreto. Porque vendem o justo por dinheiro, e o pobre por um par de sandálias.

AMÓS, 2:6

Porque despojaste numerosas nações, os povos que restarem hão de saquear-te.

HABACUC, 2:8

Eis que vou tornar-te pequena e profundamente desprezível entre as nações.

ABDIAS, 1:2

Quem se compadecerá de ti, ó Jerusalém? Quem te consolará?

JEREMIAS, 15:5

Eis que vou despedaçar o vosso braço e lançar-vos esterco ao rosto — o esterco das vossas solenidades.

MALAQUIAS, 2:3

Ei-la, a cidade alegre, que vivia confiante, aquela que dizia em seu coração: «Eu e mais ninguém!»

SOFONIAS, 2:15

És, porventura, melhor do que Nó-Amon, instalada entre os canais do Nilo, rodeada de águas, tendo o mar por defesa e as águas por muralhas?

NAUM, 3:8

Tu derramaste muito sangue e fizeste grandes guerras. Não construirás uma casa ao Meu nome, pois derramaste, diante de Mim, muito sangue sobre a terra.

1 CRÓNICAS, 22:8

ÍNDICE

<i>Introdução: O Herzl do meu avô</i>	11
1. O Rabino Sensível.	45
<i>Aaron Samuel Tamares</i>	
Polónia	
2. Uma luta entre a Parentela	75
<i>Edwin Montagu</i>	
Reino Unido	
3. Homicídio na Rua de Jafa.	105
<i>Jacob Israël de Haan</i>	
Países Baixos	
4. O homem do impossível	125
<i>Ahmad Sadiq Saad</i>	
Egito	
5. O cisma de Houston	155
<i>Hyman Judah Schachtel</i>	
Estados Unidos da América	
6. As bombas de Bagdade	183
<i>Avi Shlaim</i>	
Iraque, Israel, Reino Unido	
7. O pária consciente.	215
<i>Hannah Arendt</i>	
Alemanha, Estados Unidos da América	

8. O maior antissemita de França.	245
<i>Maxime Rodinson</i>	
França	
9. O Estado como empresa criminosa	273
<i>Felicia Langer</i>	
Polónia, Israel, Alemanha	
10. Palestinos, os novos judeus.	305
<i>Helena Salem</i>	
Brasil	
11. Na cama com o <i>apartheid</i>.	329
<i>Ronnie Kasrils</i>	
África do Sul	
12. O Holocausto nos nossos telemóveis	355
<i>Nan Goldin</i>	
Estados Unidos da América	
<i>Agradecimentos</i>	387
<i>Bibliografia seleccionada</i>	391
<i>Créditos das imagens.</i>	397
<i>Índice remissivo</i>	399



INTRODUÇÃO

O Herzl do meu avô

É um livro azul grande. É um livro sofisticado, um livro que daria um presente elegante.

É um livro que quer ser comprado, visto, exposto, mais do que quer ser lido, ou pelo menos tanto quanto isso.

Nunca tinha lido *Zionistische Schriften* (ou *Escritos Sionistas*), de Theodor Herzl, mas durante anos andei com ele de um lado para o outro. Repousava em diferentes prateleiras, em diferentes casas, em diferentes cidades, um talismã de um avô que nunca conheci. O seu nome era Franz Egon Moses. Nasceu em Breslau, que, na época, ficava na Alemanha e hoje faz parte da Polónia. Os Moses eram prósperos comerciantes de matérias-primas e, quando ele nasceu, em 1899, muitos poderiam ter invejado o seu nascimento numa família daquelas, num lugar daqueles. Mas era a época errada. Tinha 15 anos quando deflagrou a Grande Guerra e, ao fazer 18, foi enviado para as trincheiras. Após a derrota da Alemanha, caminhou mais de mil quilómetros de regresso a casa, desde França até Breslau. Nesse percurso, apenas comeu nabos. Frequentou a universidade, mudou-se para Berlim, alterou o seu nome para o menos judaico Moser, e encontrava-se na capital quando os nazis chegaram.

O meu avô tinha um primo nascido na Califórnia pouco antes do terramoto de São Francisco em 1906. Esses parentes regressaram à Alemanha depois de o negócio lhes ter sido arruinado. Mas o feliz acaso do nascimento norte-americano desse primo permitiu aos Moses, décadas mais tarde, escapar aos nazis. O meu avô chegou a Nova Iorque em 1938. Trabalhou como gerente noturno no Lindy's, em Times Square, uma *deli*, uma mercearia de produtos de

especialidade, frequentada por estrelas da Broadway, comediantes e mafiosos. Um irmão arranhou trabalho em Houston. Franz juntou-se a ele em 1943 e acabou por fundar o seu próprio negócio de fabrico de tintas.

Nesse mesmo ano, conheceu a minha avó, Elizabeth Lurie, nascida no Texas em 1909 e que era diretora do Centro Comunitário Judaico local. Ele tinha ido a esse centro para comprar um presente de aniversário para si mesmo — uma edição das obras de Sholem Asch. Casaram-se, acabando por se estabelecer num *bungalow* num subúrbio novo, e tiveram três filhos.

Morreu de ataque cardíaco em 1959. Tinha 60 anos.

Quando tomei conhecimento dos pormenores da sua vida, compreendi quão terrível tinha sido. Mas foi uma vida com mais sorte do que muitas outras. Morreu num hospital nos Estados Unidos — não numa trincheira lamacenta em França, nem numa câmara de gás na Polónia —, sabendo que os seus filhos eram cidadãos livres de uma nação livre.

Sou o filho do seu filho mais velho, que nasceu em Houston exatamente um ano após a libertação de Auschwitz. Também eu nasci em Houston, em 1976. Na casa da minha avó, onde passei muito tempo em rapaz, havia poucas recordações do meu avô. Da rua, a casa parecia-se com um milhão de outras casas em banda, em bairros padronizados, nos subúrbios norte-americanos do pós-guerra. Por dentro, porém, vislumbravam-se vestígios de um gosto portentoso, quase wagneriano, em desacordo com o mundo soalheiro de autoestradas e centros comerciais que vibrava no exterior da casa. Embora o meu avô já tivesse morrido há muito, sentia-me rodeado pela sua vida, pelo seu exílio. Mas havia poucas testemunhas dessa vida. Em armários, em caixas, deparava de vez em quando com cartas ou fotografias, mas havia apenas um punhado de livros alemães, todos publicados depois da guerra e presumivelmente adquiridos nos Estados Unidos.

O único livro que sobreviveu da sua vida na Alemanha foi o enorme volume azul de Herzl. Na capa estava gravado um retrato do seu autor, em relevo, a prata. Editado por Leon Kellner, amigo de

Herzl, foi publicado pela Jüdischer Verlag em Charlottenburg, Berlim, em 1905, apenas um ano após a morte de Herzl, aos 44 anos. O livro continha uma pequena etiqueta no interior da capa: «Koebner'sche Buchhandlung & Antiquariat, Breslau I, Schmiedebrücke 17/18.» Imaginei que isto significasse que Franz o teria comprado quando ainda estava em Breslau, antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial; mas por que razão compraria uma criança um livro tão grande e dispendioso, um livro para adultos? Talvez tenha sido um presente de *bar mitzvah*, ou oferecido por alguém que ele amava. Em todo o caso, trouxe-o consigo quando deixou a Europa em 1938. Era pesado. Arrastou-o para Amsterdão, para Nova Iorque, para Houston. Sobreviveu à passagem das décadas, a salvo na casa da minha avó, depois na dos meus pais e, por fim, na minha. Sei perfeitamente porque guardei esta recordação. Não sei porque ele o fez. Os escritos de Herzl estavam disponíveis em qualquer livraria.

Este livro tinha um significado especial para ele.

E, por consequência, o exemplar dos *Zionistische Schriften* do meu avô tinha um significado especial para mim.

A sua proveniência, até o modo como sobreviveu, parecia resumir a minha compreensão da história judaica. Eis um homem cujo país se tinha voltado contra ele, e que se apegara ao sonho descrito neste livro. E depois o seu sonho — o sonho de Herzl — tornou-se realidade. A emergência do Estado de Israel apenas três anos após a derrota de Hitler foi um triunfo tão improvável, tão miraculoso, que parecia quase justificar o sacrifício monstruoso dos seis milhões. Hitler comprovou a tese de Herzl de que os judeus nunca estariam seguros nas terras dos gentios. E os acontecimentos que se seguiram provaram que, como afirmara Herzl, «se o desejarmos, não será nenhum conto de fadas». A visão deste livro tinha sido descartada, ridicularizada; mas o Estado de Israel não era um conto de fadas.

À medida que envelhecia, comecei a cogitar nesta história.

Era tão simples. Era, bem, como um conto de fadas: uma fénix renasce das cinzas; uma varinha mágica transforma um órfão num príncipe. Quanto mais aprendia sobre a história real do sionismo

e de Israel, mais me perguntava o que esse conto de fadas significava para o meu avô. Teria ele acreditado nesta história? Talvez o livro físico — ou a ocasião que assinalava, ou a pessoa que recordava — fosse mais importante do que as palavras que continha.

Quando já estava na casa dos 40 anos, descobri que em 1935, três anos antes de ir para os Estados Unidos, Franz viajara para a Palestina. A sua irmã, Felicie, arranjava lá trabalho. Mas a sua visita foi curta. Por uma qualquer razão, regressou à Alemanha. Fiquei estupefacto com a ideia de que um judeu regressasse voluntariamente à Alemanha nazi. Seria o meu avô estúpido? Era advogado. Tornou-se um fabricante bem-sucedido. A sua mulher, a minha avó, não era estúpida. Nem o seu filho, o meu pai. E mesmo as pessoas estúpidas não são assim *tão* estúpidas.

O mais provável, pensei, é que o seu regresso à Alemanha reflectisse a nossa ignorância face ao nosso próprio tempo. Lemos as notícias. Ouvimos os avisos. Quando os cientistas do clima começaram a lançar os alarmes, perguntámo-nos como as alterações climáticas nos afetariam — e, entretanto, porque dificilmente poderíamos ter feito as coisas de outro modo, continuámos com as nossas vidas. Vemo-nos a atravessar a história — modas que evoluem, regimes que caem, pais que morrem — sem sabermos onde nos situar nessa história. Não conseguimos imaginar verdadeiramente as câmaras de gás — e, mesmo que consigamos, não conseguimos imaginar que esse será o nosso destino. Talvez a imaginação do meu avô lhe tenha falhado. Regressou à Alemanha. A sua mãe ainda vivia lá: talvez tenha sido por isso. Três anos depois, tendo compreendido o que se passava, escapou. Mas não foi para a terra prometida por Theodor Herzl. Em vez disso, foi para outra terra prometida e levou este pesado livro azul.

Terá ele lido o livro? Não apresentava vestígios de utilização anterior: nenhum sublinhado, nenhuma nota. Apesar das suas andanças, a lombada estava intacta. Não revelava nada da personalidade do meu avô. Mas, quando por fim o li, revelou outra personalidade. Antes disso, eu sabia de Herzl o mesmo que a maioria das pessoas com as minhas origens. Sabia que ele era o fundador do sionismo moderno.

Conhecia-o tal como surgia no retrato gravado a prata na capa: de barba farta e com um olhar intenso. Sabia que nascera na Hungria, que se tornara advogado e escrevera algumas comédias de *boulevard* sem sucesso. Sabia que se tornara jornalista, correspondente em Paris de um jornal vienense, onde obteve um pouco mais de êxito. Eu conhecia o *locus classicus* do sionismo: no momento da degradação do capitão Dreyfus, condenado por traição com base em acusações obviamente forjadas, Herzl ouviu as multidões clamando por sangue judeu. Compreendeu que o antissemitismo estava indissociavelmente enraizado no caráter europeu e que, mesmo nos Estados mais progressistas, como a França, os judeus não podiam confiar na boa vontade dos gentios. Num impulso de agitação e urgência, escreveu *Der Judenstaat*, muitas vezes traduzido como *O Estado Judeu* mas, com maior exatidão, *O Estado dos Judeus*. Este panfleto, incluído nos *Zionistische Schriften*, foi publicado em 1896. O meu avô nasceu em 1899. Herzl morreu em 1904. O seu sonho concretizou-se. Hitler deu-lhe razão quanto ao antissemitismo. Israel — assim parecia — deu-lhe razão quanto à viabilidade de um Estado.

Um dos meus professores preferidos ensinava literatura escandinava e, durante algum tempo, li muito Ibsen. As suas peças continham um recurso dramático que vi muitas vezes replicado noutras ficções. Um velho adorável morre, ou é escolhido para receber uma alta distinção. Um admirador — talvez um jornalista, ou um parente — decide fazer-lhe uma terna homenagem. No decurso da sua investigação, e sem qualquer intenção maliciosa, descobre um crime hediondo e impune.

Quando comecei a escrever biografias, pensei muitas vezes no recurso de Ibsen. Receava que uma pessoa que admirava — alguém em cuja companhia estava prestes a passar anos — revelasse alguma ignomínia. Tive sorte. A minha primeira biografada, a escritora brasileira Clarice Lispector, era um génio. Ao conhecê-la, era impossível não a amar. E embora soubesse que a minha segunda biografada, Susan Sontag, era por vezes ultrajante — alguns episódios pessoais faziam parte da mitologia literária de Nova Iorque —, também sabia

que esse era apenas uma faceta de uma personalidade complexa, e reconhecia as suas complexidades sem permitir que estas ofuscassem a sua mente heroica.

A minha experiência com Herzl foi diferente. Há muito que me sentia desiludido com o Estado de Israel. Estudei hebraico na faculdade. Escrevi extensamente sobre assuntos judaicos, incluindo os assuntos de ambas as biografias que publiquei. Não gostei de muito do que encontrei em Israel. Mas cheguei à conclusão de que o conhecimento de qualquer país revela imperfeições inesperadas, e estava consciente de que as minhas origens familiares — a minha crença infantil no conto de fadas — me tornavam suscetível à desilusão.

Tentei manter essa desilusão em perspetiva. A maioria das realidades fica aquém dos ideais. Mas tal como os ideais presentes na fundação do meu próprio país imperfeito pareciam nobres, o mesmo acontecia com o sionismo. A ideia de reconstruir um povo perseguido na terra de onde, milénios antes, fora exilado; de reviver uma língua que, durante séculos, ninguém falara, apelava ao meu sentido de romance e de justiça. Compreendi desde tenra idade — porque isso era óbvio mesmo na tendenciosa cobertura mediática norte-americana — que o sionismo implicara o sofrimento de outro povo. Recordo-me — devia estar no início da adolescência — do arrepio que senti perante uma fotografia no jornal *New York Times* de três mulheres palestinianas atacadas por delinquentes judeus. Compreendi que o Estado resultante não era um lugar onde eu quisesse viver; mas tinha outros locais para o fazer, e sabia que outras pessoas não haviam desfrutado das mesmas opções. Compreendia os séculos de sofrimento dos quais a ideia emergira. Não era culpa das ideias, pensava eu, que as pessoas não tivessem estado à altura delas. E assim, embora estivesse desiludido com Israel, o sionismo permanecia, nos meus pensamentos, como algo puro.

Talvez, quando por fim abri o livro de Herzl, pudesse esperar sentir por ele o mesmo que sinto por Marx. Não concordo com Marx em todos os aspetos. Nasceu há mais de dois séculos e viveu num mundo que, de muitas formas, é hoje irreconhecível. E embora não

apoie todos os regimes, ou todas as pessoas, que se autointitularam marxistas, não posso culpar Marx pelas ações de pessoas que, gerações após a sua morte, alegavam agir em seu nome.

Quando o li pela primeira vez, fiquei impressionado com a sua perspicácia e senti um enorme respeito por um homem que dedicou a vida a criar um mundo melhor. As crueldades do capitalismo que ele abordou, tal como as crueldades do antissemitismo que Herzl abordou, eram reais. É por isso que — embora isto seja algo que articulo *a posteriori* — poderia ter esperado ser arrebatado por Herzl; sentir a dor de um homem levado ao desespero pelo racismo; sentir a angústia que o conduziu a uma solução extrema, uma solução que, dando-lhe o benefício da retrospectiva, eu sabia ser imperfeita. Assim como compreendi o problema que Marx queria resolver, compreendi o problema que Herzl queria resolver.

Também por essa razão, abri o Herzl do meu avô com um certo sentimento de reverência. Esperava sentir-me próximo do avô que nunca conheci, e com este homem que ele aparentemente venerara. Ler este livro parecia um dever para com a minha própria história pessoal, e parecia-me importante para colmatar uma lacuna na minha formação. Poucos escritores tinham sido tão determinantes para a história moderna. Mas quando abri o livro, em vez de tudo o que esperava, encontrei o horror de Ibsen.

O primeiro capítulo dos *Zionistische Schriften* é um esboço autobiográfico de cinco páginas. Há um momento que me ficou gravado na mente. Herzl entrega um rascunho do manuscrito de *Der Judenstaat* a um amigo, que fica assoberbado por ele.

«De repente, começou a chorar», relata Herzl. «Achei esta emoção perfeitamente natural, visto que ele era judeu; eu próprio chorara muitas vezes ao escrevê-lo.» Esta era a emoção que eu em parte esperava sentir. Mas o homem chorava por outra razão: «Pensou que eu tinha enlouquecido e, como era meu amigo, a minha desgraça entristeceu-o muito. Afastou-se sem dizer mais nada. Após uma noite em claro, regressou e implorou-me que abandonasse o assunto, pois todos pensariam que eu estava louco.»

Der Judenstaat é curto. Define os judeus como um «povo — um único povo», *ein Volk*. No século XIX, as associações desta palavra eram políticas e, sobretudo, raciais, colidindo, por isso, com a definição tradicional dos judeus como uma comunidade de crentes religiosos. O panfleto postula que o antisemitismo não pode ser erradicado pela assimilação ou por qualquer outro meio, e que a única forma de resolver a *Judenfrage*, a questão judaica, era através da reconstituição dos judeus num Estado-nação moderno, independente e com o seu próprio território. Grande parte do panfleto foca-se em considerações práticas e organizacionais.

Contudo, à medida que lia *Der Judenstaat*, a imagem do amigo a chorar regressava. A doença mental estava associada a Herzl. A sua mulher, com quem mantinha uma relação miserável e abusiva, sofria de doença mental. O mesmo acontecia com os seus três filhos. Dois suicidaram-se. Assim como o seu único neto. Seria ele próprio doente mental? Se sim, de que forma? Quem escreve sobre a vida de artistas pergunta-se: se se confirmasse, esse facto mudaria o modo como o lemos? Seria o nosso julgamento influenciado de forma negativa ou positiva? Muitas pessoas criativas sofrem de doença mental ou de dependência. Estas doenças não as desqualificam, nem à sua obra. Quando atenuadas, tais aflições podem até valorizar esse trabalho, conferindo-lhe uma experiência — uma empatia nascida do sofrimento, uma maturidade — que poderia estar inacessível a uma personalidade mais estável. Libertas das convenções, desdenhosas da racionalidade pretensiosa que refreia as mentes mais calculistas, as visões de loucos varridos podem ser arrebatadoras.

«A imaginação de um louco é muito mais colorida, selvagem, majestosa e assustadora do que a de Shakespeare», escreveu Herzl em 1895. *Der Judenstaat* começou como uma ficção criativa: não como uma peça de teatro, como Herzl já escrevera antes, mas enquanto romance. Durante meses, hesitou entre apresentar o seu pensamento com formato de ficção ou como o tratado que acabou por ser publicado. A sua premissa — uma nova civilização num lugar distante — era próxima à de muitos romances contemporâneos. Refiro-me a livros como *Vinte Mil Léguas Submarinas*, de Júlio Verne, que

Herzl poderia ter lido em criança, ou *A Ilha do Doutor Moreau*, de H. G. Wells, publicado em 1896, o ano em que saiu *Der Judenstaat*. O romance posterior de Herzl, *Altneuland* [A Velha Nova Terra], era explicitamente fantástico: uma invenção utópica sobre dois homens presos, ao estilo de Robinson Crusoé, numa remota ilha do Pacífico. Ao regressarem a casa, descobrem que uma civilização judaica tecnocrática, a Nova Sociedade, brotou na Palestina.

A nova sociedade de Herzl, à semelhança da de Wells ou da de Verne, pelo menos em *Altneuland*, é fictícia. Mas ao ler *Der Judenstaat*, que não é fictício, damos por nós a ponderar se, ou até que ponto, poderá Herzl estar a falar a sério. Na ficção, as invenções excêntricas podem, de facto, ser «coloridas, selvagens, majestosas e assustadoras». O artista pode aproximar-se das visões de um louco — desde que consciente de que está a criar uma ficção. Por muito empolgado que se sinta com a sua criação, pode sempre deixá-la na gaveta. Pode pousar a caneta ou fechar o computador e descer para jantar. O que é inquietante em Herzl é que nunca se consegue perceber se ele sabe onde traçar a linha entre a fantasia e a realidade. Foi por isso que o seu amigo chorou.

A mente de Herzl transbordava de excessos romanescos. À medida que escrevia *Der Judenstaat*, confienciava as suas fantasias ao seu diário. Um biógrafo compreensivo, Derek Penslar, recorda-as:

Herzl imaginava-se como um grande estadista, ditando condições a Hirsch e a outros judeus ricos que sempre invejara e desprezara. Escreveu que seria um líder todo-poderoso e que lideraria o futuro Estado judeu com uma obediência inquestionável. As filhas dos banqueiros seriam oferecidas em casamento a «jovens vigorosos» para o bem do Estado e para a «autofertilização da nação». Uma «polícia secreta bem gerida» garantiria a segurança de Herzl. O Estado judeu seria governado por uma dinastia herzlíana; o seu pai, Jakob, seria o primeiro senador do Estado judeu, e o seu filho, Hans, o seu doge. Herzl idealizou uma cerimónia de coroação com couraceiros, artilharia e infantaria, «desfilando em uniformes de gala cravejados

de ouro». «O doge, por seu lado, usará o traje da vergonha de um judeu do gueto medieval: o chapéu pontiagudo, o distintivo amarelo... Só dentro do templo envolveremos um manto principesco sobre os seus ombros e poremos a coroa na sua cabeça.» Herzl chorou perante a grandeza da sua própria visão e a perspectiva de coroar o seu próprio filho como doge. «Amor e beijos para o meu Pai-Rei», escreveu Herzl num telegrama para o seu filho no quarto aniversário do rapazito.

Esta figura poderia ter dado uma personagem fascinante num romance. Mas não foi assim que Herzl decidiu escrever *Der Judenstaat*, e isso, de certo modo, é uma perda para o leitor. Tais floreios teriam conferido um pouco de cor a esta obra. Como muitos maus escritores, ele confunde a seriedade com o tédio. «Os bens não transferíveis que entram em linha de conta são edifícios, terrenos e relações comerciais locais», lê-se numa frase. «As horas extraordinárias só serão permitidas mediante atestado médico e não devem exceder três horas», refere, em tom monótono. «Nas empresas de média dimensão, onde as mercadorias e a organização igualam, ou até superam, em importância, a atividade pessoal do gerente, cuja relação mais alargada é também não transferível, são possíveis várias formas de liquidação.» Talvez cansado deste género de frases, insiste que este livro não é para advogados: «Este panfleto não se destina a advogados profissionais; por conseguinte, não posso apresentar mais do que um rápido esboço da minha teoria sobre a base constitucional do Estado.» Depois de exprimir a sua preferência pela monarquia, afirma que o Estado deveria ser uma república aristocrática. Embora mencione Veneza, evita estrategicamente nomear o seu filho de 4 anos como doge.

Na curta carreira de Herzl — recorde-se que morreu aos 44 anos —, ele tinha, de facto, exercido advocacia. E mais do que a mente do teórico, mais do que a mente do dramaturgo ou do romancista, encontra-se nas páginas de *Der Judenstaat* a mente do advogado mesquinho. Ele não está demente, como o seu amigo receava e os seus inimigos muitas vezes o acusavam. Em vez disso, o seu livro revela algo pior.

Ele é irrefletido, no sentido de desprovido de reflexão. Os seus motivos são transparentes. As suas soluções são infantis. Pensamentos que ocorreriam a outras pessoas — a qualquer outra pessoa — não lhe surgem a ele. Isto não parece acontecer por maldade. Simplesmente não lhe ocorrem.

Vejam os uma passagem, «Palestina ou Argentina», que debate onde se deveria localizar este Estado judeu. É surpreendente que Herzl não dedique mais de três parágrafos a esta questão. A Argentina, «um dos países naturalmente mais ricos da Terra», apresenta vantagens: «A República Argentina tem o maior interesse em ceder uma parte do seu território. A atual infiltração de judeus gerou perturbações no país; teríamos de explicar a diferença essencial da nova imigração para a Argentina.»

Para outro espírito — para qualquer outro espírito —, estas frases poderiam sugerir outras questões. Para o de Herzl não sugerem, e ele depressa salta para a segunda opção:

A Palestina é o nosso inesquecível lar histórico. O seu nome bastaria para convocar o nosso povo. Se Sua Majestade, o Sultão, nos desse a Palestina, poderíamos encarregar-nos de sanar todas as finanças da Turquia. Para a Europa, seríamos um pedaço da muralha contra a Ásia; tornar-nos-íamos os primeiros guardiões da cultura contra a barbárie. Como Estado neutro, permaneceríamos em contacto com toda a Europa, que teria de garantir a nossa existência.

Um governo cederia território suficiente para formar um novo país: a Argentina por causa de um qualquer «interesse» não identificado, a Turquia porque os judeus sanariam as suas finanças. Podem apontar-se clichés raciais — os judeus como uma cabala financeira, os europeus como civilizadores, os asiáticos como bárbaros — que estavam generalizados em 1896; pode igualmente apontar-se a ausência de qualquer referência às populações da Argentina ou da Palestina; mas o resto da obra mostra que Herzl não está a ignorar ou a negar a sua existência, uma vez que «ignorar» e «negar» sugerem intenção.

Simplemente não pensou nestes habitantes. (Pelo menos não aqui; na sua correspondência posterior menciona os palestinos¹ como sujeitos a expulsão, como pessoas que podem ser subornadas para abandonar os seus lares e o seu país.) Aqui, eles não têm qualquer interesse, e os lugares também mal importam. No resto do texto, nem a palavra «Argentina» nem a palavra «Palestina» tornam a aparecer. Poder-se-ia acusá-lo de uma lacuna humanitária, mas essa é uma acusação moral, e a lacuna não é moral. Em *O Retrato de Dorian Gray* — publicado em 1890, um livro que Herzl, portanto, poderia ter lido —, Oscar Wilde escreve: «Não existem livros morais ou imorais. Os livros são bem escritos ou mal escritos. E ponto final.» E a lacuna de *Der Judenstaat* é do domínio da escrita. A acusação dirigida ao teatro de Herzl era a de que as suas personagens eram unidimensionais, feitas de cartão, estereótipos. Uma peça de teatro ou um romance repleto de personagens que não enfrentam dilemas, não são atormentadas por dúvidas de nenhuma espécie e existem apenas para atacar ou defender certas perspetivas é aborrecido.

Contudo, Herzl fica perplexo até com os seus pensamentos mais modestos. Dedica uma grande quantidade de energia, por exemplo, à proposta de que os trabalhadores usufruam de um dia de trabalho de sete horas. Fica tão embevecido com esta ideia que propõe que a bandeira do Estado seja um campo branco com sete estrelas douradas, uma por cada hora do dia de trabalho.

Mas nem todas as suas ideias são tão mundanas. Por vezes, espanta o leitor com delírios de grandiosidade que levantam as mesmas questões com que deparou o seu amigo em lágrimas. Apenas três anos antes de *Der Judenstaat*, por exemplo, tinha ponderado converter ao catolicismo os milhões de judeus do Império Austro-Húngaro. Esta revolução — nada menos do que a dissolução do povo judeu — aconteceria numa cerimónia na Catedral de Santo Estêvão, em Viena. Herzl entusiasma-se ao descrever cerimónias, coroações, joias e pompa, e esta cerimónia em especial parece ter estimulado a sua

¹ Termo que deriva do latim *palaestinu*. Apesar de «palestiniano» ser a forma mais utilizada em Portugal, é um galicismo. Optou-se, assim, pela versão que advém do latim. (*N. do T.*)

imaginação. Seria liderada por ninguém menos do que o próprio Papa, e o pontífice, em troca desta conversão, concordaria em garantir que os cristãos deixassem de odiar os judeus.

É muito difícil descrever este plano sem escárnio — difícil de o compreender em termos convencionais, como se compreende uma opinião com a qual se possa discordar. Mais uma vez, não lhe ocorreram perguntas. Quando se lê que os argentinos entregariam uma parte do seu país porque tinham o «maior interesse» em fazê-lo — como se os governos entregassem rotineiramente o seu território a autores de panfletos apaixonados —, perguntamos: quem e onde estavam os judeus — quaisquer judeus — que poderiam ter concordado com isto? O plano foi descrito como romanesco. Mas a premissa de um bom romance deve ser plausível. Isto é simplesmente bizarro.

Herzl, como sempre, fala a sério. Esforçava-se por projetar uma «calma gélida», uma postura inabalável condizente com um visionário; e a seriedade com que enuncia as suas ideias bizarras cria outra barreira à sua compreensão. Não por serem demasiado complexas, como num livro difícil sobre um assunto pouco familiar. O seu significado é claro. No entanto, faz-se um esforço para compreender como levar essas ideias tão a sério como o seu autor fazia, como resistir à tentativa de descartar o seu pensamento como meramente invulgar. Devemos lembrar-nos de que este autor não é ridículo, e de que os seus escritos não podem ser julgados como se julgaria um romance ou uma peça de teatro fracassada. Escarnecer de Herzl, que «chorou perante a grandeza... de coroar o seu próprio filho como doge», descartar a sua ideia de si mesmo como fundador de uma dinastia, é ignorar a realidade de que ele se tornou uma das figuras mais importantes do seu tempo, e que os seus escritos tiveram consequências para milhões — e que, mais de um século após a sua morte, ainda as têm. Devemos levá-los a sério porque muitas pessoas — pessoas como o meu avô — os levaram a sério.

Os traços da vida de Herzl tornam esta tarefa ainda mais difícil. O facto de ser um mentiroso crónico, os seus abusos para com a família e a sua lamecha autocomiseração tornam-no pessoalmente desagradável; mas um crítico generoso poderia classificar estas atitudes

como excentricidades de uma personalidade talentosa. O que nunca se consegue justificar é a aversão de Herzl pelos judeus. Isto é tão marcante que hesitamos em mencioná-lo, inclusive porque aqueles que não o leram muito não acreditam em quão extensa, quão evidente — quão ofensiva, mesmo para aqueles que não se ofendem facilmente — esta aversão de facto é. Herzl fez comentários que o põem entre os extremistas mais antissemitas do seu tempo. «Eu próprio só consegui até hoje conhecer um único antissemita genuíno», diz uma personagem judaica de Arthur Schnitzler, no seu romance *Der Weg ins Freie* [O Caminho para a Liberdade], publicado em 1908. «Receio ter de admitir... que se tratava de um conhecido líder sionista.» Como Schnitzler sugere, as palavras de Herzl destacavam-se mesmo entre os antissemitas não-judeus. Entre os judeus, ninguém se lhe aproximava. Contudo, desde a sua própria fundação, o sionismo dependeu dos antissemitas: cultivou-os, lisonjeou-os. «Os antissemitas tornar-se-ão os nossos amigos mais fiáveis, os países antissemitas serão os nossos aliados», escreveu. Estas observações dificultam-nos a tarefa de compreender como atraiu tantos seguidores — e ajudam-nos a explicar por que razão tantos judeus foram instintivamente repelidos pelo sionismo.

«Observações»: a palavra errada.

Por exemplo, a sua fantasia de conversão em massa, que surgiu apenas três anos antes de *Der Judenstaat*, não era realista no mundo dos homens e das mulheres. Era, contudo, realista como reflexo da mente que a fantasiou. A fantasia é a de que os judeus desaparecerão, deixarão de existir *como judeus*, sacrificarão tudo o que de único têm em si — tudo o que na sua cultura ou tradição poderiam desejar transmitir aos seus filhos — para se tornarem como todos os outros. Este desejo era sincero, repetido ao longo de toda a sua obra. «É por isso que devemos batizar as crianças judias quando ainda são incapazes de responder por si, e quando ainda não podem ter quaisquer sentimentos a favor ou contra isso. Devemos mergulhar no povo.» Ele nutre um ódio particular pelos judeus ricos: «Quando nos afundamos, tornamo-nos um proletariado revolucionário [...] Quando ascendemos, ascende também o nosso terrível poder financeiro.» Também

não gosta muito de judeus da classe média: quando, já adulto, Herzl frequentou uma sinagoga pela primeira vez, viu «narizes proeminentes e disformes, olhos furtivos e astutos». Até se dar conta de que eles constituíam um eleitorado potencial, descartou com desdém as massas de judeus pobres. Uma das suas peças, *Das Neue Ghetto* [O Novo Gueto], está repleta de estereótipos feios: judeus masculinos como especuladores financeiros duvidosos; judias femininas como megeras insuportáveis e barulhentas. À medida que escrevia a peça, confidenciava ao seu diário: «No caso especial desta peça, quero esconder os meus órgãos genitais mais do que em qualquer outra altura.» (Esta obsessão repete-se: ele não circuncidou o seu filho doge.) É uma frase fundamental vinda do fundador de um movimento que difamaria os seus opositores, geração após geração, catalogando-os como «judeus que se odeiam a si mesmos».

Uma frase estranha, também, vinda de alguém que dinamizou um movimento baseado no orgulho judaico. Mas a coerência nunca foi a imagem de marca do sionismo. A sua imagem de marca, desde o início, foi o oportunismo e a prontidão para explorar os receios e as tragédias dos judeus. Esta deriva do fundador da sua variante política. Nesse sentido, a história do Caso Dreyfus torna-se imensamente profunda. A história que Herzl contou sobre a dilacerante degradação do capitão Alfred Dreyfus, em 1895, dizia que a multidão gritara «Abaixo os judeus!» e que, nesse momento, Herzl compreendeu que os judeus só seriam deixados em paz se tivessem um Estado próprio.

Como muitas crianças judias, ouvi esta história do meu pai — tal como ele, talvez, a tenha ouvido do meu avô. Era uma boa história. Mas, como quase todas as histórias que o sionismo viria posteriormente a promover, os seus alicerces não resistiram a uma análise.

Herzl fez, de facto, a reportagem do julgamento de Dreyfus. Descreveu-o com indiferença. Num desses textos, duvidou da inocência de Dreyfus: «Há margem para acreditar que Dreyfus de facto cometeu o ato vergonhoso.» O julgamento durou quatro dias. Apenas cinco dias *após* a condenação de Dreyfus é que Herzl mencionou,

en passant, que Dreyfus era judeu, e, durante a fase que Herzl descreveu como a que o levou ao sionismo, nem sequer mencionou Dreyfus.

Apenas mais de um ano depois, quando conheceu Bernard Lazare, o primeiro defensor de Dreyfus na imprensa francesa, é que descreveu o caso de Dreyfus como uma tragédia judaica. Herzl alegou que a sua peça *O Novo Gueto* fora escrita «após o primeiro julgamento de Dreyfus e sob o seu impacto» — embora a peça tivesse sido concluída seis semanas antes de o julgamento começar. As suas peças jornalísticas não mencionam ninguém a gritar «Abaixo os judeus!». Gritavam «Abaixo o traidor!» — uma diferença importante. Mas o caso estava a caminho de se tornar um dos grandes escândalos de direitos humanos da época, e Theodor Herzl reconheceu nele uma oportunidade de negócio.

«O que fez de mim um sionista foi o julgamento de Dreyfus», começou por dizer.

Apenas um desejo consistente atravessa a carreira de Herzl: a sede de poder e glória de um homem frustrado. Adorava fantasiar com coroações, guardas de honra e uniformes de gala cravejados de ouro. Era obcecado pela virilidade e pela violência que associava à virilidade: a referência aos seus genitais circuncidados não foi aleatória. Embora fosse um judeu húngaro a viver na Áustria, Herzl sentiu-se atraído, na escola, pelo nacionalismo alemão, justamente devido às suas associações à masculinidade. Sentia que os judeus não eram viris porque não participavam em duelos, o que era, obviamente, proibido pela lei religiosa, e imaginava que os outros menosprezavam os judeus por causa disso: «Meia dúzia de duelos fará muito para melhorar a posição dos judeus na sociedade.» *O Novo Gueto* gira em torno de uma noção medieval e *kitsch* de honra: quando um duelo é cancelado, um judeu imagina que está a ser ridicularizado por ser fraco. A ansiedade de Herzl em relação à sua masculinidade agudizou-se quando contraiu gonorreia, então incurável; e durante outro julgamento, o do anarquista François Ravachol, descobriu uma simpatia pelo terrorismo e uma fetichização do mesmo — uma sexualização da violência: «Ravachol descobriu outra lascívia: a de uma grande ideia e do martírio.»

Numa obra em que tanto soa a falso, inventado e nos deixa perplexos, este desejo — de ser um homem, de se ser aceite, de liderar — soa absolutamente autêntico. Lido desta perspectiva, o desprezo de Herzl pelos judeus como eles eram, e a sua visão do povo judaico como poderia vir a ser, talvez fosse apelativo para pessoas que se sentissem excluídas, bloqueadas. Talvez o meu avô partilhasse esta frustração, da qual o sionismo se alimentou. Tinha razões mais do que suficientes para isso. A sua vida, que começara tão promissora, enviou-o para as trincheiras da Primeira Guerra Mundial — e depois expô-lo às humilhações nunca vistas perpetradas pelos nazis. Viveu cinco anos num país controlado por Hitler. Será que isso lhe terá deixado com o sonho de responder, de lutar, de recuperar a dignidade que lhe fora roubada? Para muitos, a ideia de judeus com poder — judeus que participam em duelos, judeus que não aceitavam o que estava a acontecer — era inebriante, e esta promessa de poder foi relevante no início do sionismo moderno.

No final dos *Zionistische Schriften* surge um artigo que saiu um ano depois da publicação de *Der Judenstaat*. Intitulava-se «Mauschel», recorrendo a um termo depreciativo e de mau gosto que se referia ao judeu alemão. Mauschel era «uma distorção do carácter humano, incredivelmente desprezível e repugnante», e era uma personagem que surgiria recorrentemente, em diferentes formas, em toda a história do sionismo: «O Mauschel é antissionista.» Judeus alarmados pelas fantasias grandiosas de Herzl, judeus que faziam as perguntas que Herzl obviamente decidia não formular, deram por si maculados por palavras capazes de fazer hesitar até os mais repulsivos racistas. «O Mauschel é um parasita miserável quando pobre, e um exibicionista ainda mais miserável quando rico», escreve Herzl. «Somos uma nação de pedinchas e vigaristas porque o Mauschel prolifera e recorre a truques dos mercados bolsistas. O Mauschel sempre apresentou os pretextos para nos atacar. O Mauschel é a maldição dos judeus.»

Herzl conclui o texto com uma ameaça de violência: «Mauschel, cuidado! O sionismo podia imitar o que Tell faz na lenda. Quando Tell se preparar para disparar para a maçã posta sobre a

cabeça do filho, tem uma segunda seta a postos. Se a primeira falhar, a segunda serve de vingança. Amigos, a segunda seta do sionismo tem como alvo o peito do Mauschell!»

Tem havido muitas definições de sionismo. Mas talvez a mais simples seja o apoio ao estabelecimento, e depois à existência, de um Estado judaico na Palestina. Durante a maior parte da minha vida, isto pareceu-me inteiramente natural.

Não cresci numa família religiosa. Os meus pais tinham uma fidelidade cultural ao judaísmo, e esta fidelidade estava relacionada com as suas visões políticas, que eram de esquerda. Não vivíamos num bairro judeu, mas também não vivíamos num bairro não-judeu: vivíamos num bairro. A sinagoga era para os feriados e ocasiões especiais, como casamentos e *bar mitzvahs*, e os meus pais jamais pensariam em inscrever-me numa escola judaica. Ambos tinham amigos judeus, mas não tinham, como algumas pessoas, *apenas* amigos judeus. Pertenciam a uma América cosmopolita na qual pessoas de diferentes origens se misturavam facilmente. Defendiam o feminismo e o ambientalismo. Opunham-se às guerras imperiais.

No entanto, eram sionistas. Estavam longe de ser fanáticos: viajavam muito, mas nunca se deram ao trabalho de visitar Israel. Não nos encorajavam a fazê-lo, mas também não nos desencorajavam. Eram sionistas porque todos nos Estados Unidos — pelo menos no horizonte social que eu via — o eram. Em especial, mas não só, se fôssemos judeus éramos sionistas, e não conheci, tanto quanto soubesse, alguém que se opusesse ao sionismo até estar na casa dos 20 anos. Lembro-me da ocasião em que aconteceu, e lembro-me da surpresa que senti.

Era uma amiga, nem judia nem árabe, que tinha estudado a língua árabe na faculdade e passado algum tempo no mundo árabe. Ela defendeu que Israel era um bando de estrangeiros que não tinha nada que estar no Médio Oriente, que o sionismo era um erro terrível, que Israel nunca deveria ter acontecido. Ouvi aquilo quase boquiaberto, e porque respeitava a inteligência e a experiência daquela mulher, considerei o que ela estava a dizer ainda mais chocante. Num país

dividido sobre quase todos os assuntos, o sionismo fazia de tal forma parte do consenso que — por mais incrível que pareça escrever isto hoje — eu nem sequer tinha consciência de que era um assunto controverso.

Hoje, quando recordo aqueles tempos, fico consternado ao perceber o que isto significa. Apesar da excelente educação que os meus pais me proporcionaram — a melhor escola privada da nossa cidade, seguida por uma universidade da Ivy League —, nunca encontrei uma disciplina que se referisse à Palestina, um professor palestino, ou qualquer presença palestina real e organizada. Percebo agora que o que de facto encontrei foi uma negação da existência palestina tão omnipresente que eu nem sequer tinha consciência de que era uma negação. É por isso que pude ficar chocado com a afirmação da minha amiga de que o sionismo era um crime. Hoje, choca-me o facto de ter ficado chocado. Apesar das vantagens que a minha educação forneceu, o meu crescimento revela-se, à luz desta questão essencial, ter sido desanimadoramente provinciano. Talvez o que parecia ser educação não fosse mais do que a capa de mundanidade, de sofisticação, que um certo meio confere.

Ao mesmo tempo, eu tinha, claro, consciência de que *Israel* era um tema controverso. Israel fazia coisas terríveis — mas também todos os outros países, e não menos os Estados Unidos. Israel estava envolvido num conflito feio, e como a maioria das pessoas que conhecia no lugar cheio de esperança onde nasci, eu era solidário com «ambos os lados», e esperava que o bom senso prevalecesse, e que o problema desaparecesse.

Tinha a certeza de que desapareceria.

Afinal, ao longo da minha infância, os conflitos desapareceram miraculosamente. A União Soviética desfez-se. As ditaduras latino-americanas desmoronaram-se. O *apartheid* sul-africano colapsou. Os problemas na Irlanda do Norte foram resolvidos. E, entretanto, ouvíamos sempre falar de um processo de paz no Médio Oriente que poria Israel e a Palestina num caminho para uma «solução de dois Estados». Na altura em que conheci uma antissionista, não tinha dúvidas de que a criação de Israel tinha envolvido uma injustiça.

Mas isto não tornava Israel diferente de qualquer outro lugar, pensava eu. Em vez de nos determos no passado, eu acreditava que nos devíamos esforçar por melhorar o futuro.

(Tudo isto — a crença num progresso inevitável, o desejo de descartar o passado, a visão otimista do futuro — refletia o pensamento norte-americano do meu tempo. Esse pensamento foi moldado, como o meu, ao ver palestinos nos meios de comunicação social representados apenas como vítimas ou, mais habitualmente, como terroristas. Só muito mais tarde viria a conhecer palestinos como vizinhos, como amigos — como pessoas.)

É por isso que a ideia de ser contra o sionismo, contra a existência do Estado judeu, era um conceito que eu dificilmente teria compreendido. Na verdade, nunca fui convidado a compreender o conceito. Se tivesse sido, tenho a certeza de que me teria irritado e desconfiado de quem o espalhasse. Ter-me-ia sentido na defensiva em relação ao meu avô e ao livro de Herzl, o livro que eu — um dia — tencionava ler. Quando conheci um autoproclamado antissionista, achei a ideia estranha, intrigante, e também senti o orgulho ferido que tantos judeus sentem face a críticas a Israel vindas de fora do mundo judaico. Eu facilmente concordava com a afirmação de que o país tinha problemas. Era algo que eu próprio dizia. Mas não aceitava a ideia de que o país *era* o problema.

Passaram trinta anos.

A situação do povo palestino piorou imensuravelmente.

A esperança de uma solução equitativa acabou por parecer pior do que ingénua. Todo o processo de paz, em cujo progresso eu sempre acreditara, mostrou-se um embuste — algo para ingénuos, para tolos.

Com o tempo, compreendi o que tantos, judeus assim como palestinos, tinham aceitado antes de mim: que o Estado de Israel era, de facto, o problema; que o sionismo era o problema. No entanto, durante muito tempo — mais tempo do que me sinto confortável em admitir —, não me teria chamado confortavelmente antissionista. A expressão parecia extrema. Como muitos outros, detive-me no meio-termo do sionismo liberal, expressando a esperança de que o país pudesse ser reformado; de que, em condições diferentes, incluindo

ao garantir a paz com os Estados vizinhos, uma democracia autêntica pudesse ainda emergir. Mesmo depois de compreender a justiça fundamental das reivindicações palestinas, eu ainda me opunha aos sintomas em vez de compreender por completo as suas causas.

Só quando visitei a Palestina pela primeira vez é que *senti* a Palestina. Não me refiro às áreas israelitas embelezadas da Palestina, com as suas praias e o seu faláfel *gourmet*, mas sim aos lugares que ficam a apenas alguns quilómetros de distância e onde o sionismo mostra a sua verdadeira face. A ocasião, em 2016, foi o Festival de Literatura da Palestina, fundado pela escritora egípcia Ahdaf Soueif. Com calma e paciência, Ahdaf levou-nos numa visita pela Cisjordânia e até às fronteiras do Estado israelita. Quando olho para as minhas fotografias desses dias, vejo alguém que parece inchado; que parece cansado; cujas roupas não assentam bem; cujo cabelo, apesar de escovado vigorosamente, se recusa a manter-se penteado. Estas fotografias são um espelho perfeito do que se passava no meu interior. É difícil fotografar o nojo moral, ou mostrar a aparência de quando nos dão a volta ao estômago. Não tenho melhor forma de descrever essa experiência do que dizer que me alterou fisicamente. Ver a realidade da ocupação da Palestina foi enlouquecedor, no sentido de algo que nos desordena, que nos é disruptivo. Sempre que escrevi sobre essa experiência, prefaciei esses textos enfatizando que as palavras e as imagens não conseguem fazer justiça à experiência de ver a realidade do sionismo. Caminhar por uma rua em Hebron onde todas as casas têm as persianas fechadas — ter a consciência de que só me é permitido caminhar por esta rua devido à «raça» a que supostamente pertenço — é um sentimento que eu não desejaria a ninguém. Ao mesmo tempo, sem essa experiência, eu não teria compreendido emocionalmente o que sabia a nível intelectual, ou seja, que o que estava a ser feito à Palestina era injusto. E sem conhecer palestinos — sem conhecer tantos membros de uma nação inteira que fora caricaturada como terroristas que odeiam judeus — eu não teria visto os rostos nem ouvido as histórias que tornaram esta história tão pessoal. Ao conhecer palestinos, apercebi-me de que ainda encarava a história do sionismo como uma história de como os judeus se relacionavam

consigo próprios. Isto era importante, claro. É o tema deste livro. Mas eu não tinha visto o outro lado da história — o modo como os judeus se relacionavam com pessoas reais num lugar real. É por isso que — embora este livro seja necessariamente sobre os judeus — ele só existe por causa dos palestinos.

Ainda assim, mesmo em 2019, quando já me considerava antissionista há muito tempo, escrevi coisas que agora me parecem ambíguas: embaraçosas, para ser franco. Ainda usava a linguagem dos direitos humanos, da solução de dois Estados, da perspectiva de «ambos os lados». No entanto, quase todos os judeus que rejeitem o sionismo, incluindo todas as pessoas neste livro, percorreram um caminho semelhante. Se é difícil aprender uma língua estrangeira, é ainda mais difícil desaprender uma língua materna — e o sionismo, para mim, era uma língua materna. Desaprendê-la foi uma evolução, uma desconstrução, e não aconteceu da noite para o dia. Quase todos os judeus antissionistas disseram, fizeram e acreditaram em ideias que, em retrospectiva, nos deixam constrangidos. Em rapaz, Ronnie Kasrils, o herói da resistência sul-africana, poupou o seu dinheiro para plantar árvores para Israel, sem saber que estavam a ser plantadas sobre as ruínas de uma aldeia palestina arrasada por escavadoras. De uma forma ou de outra, todos nós plantámos essas árvores. O que os judeus antissionistas têm em comum não é o facto de termos passado num teste de pureza. É o facto de termos demonstrado a vontade de tentar desaprender essa língua materna.

Viajei.

Li.

Conheci palestinos.

E comecei a afastar-me das seguranças da infância. Foi um processo doloroso. Crescer é-o sempre. Fazer as perguntas que Herzl não conseguiu formular — e estas eram tão óbvias que seria difícil para qualquer pessoa honesta não as fazer — levou a que a evolução parecesse inevitável. Mas não é com prazer que se desmonta um conto de fadas ouvido na infância. Compreender que se tratava de uma ficção implicava questionar-me se me tinham mentido — pessoas que eu amava, pessoas que me amavam — ou se essas pessoas

também tinham sido alvo de mentiras. Reconhecer a verdade implicava alienar-me, tornar-me uma espécie de pária. Eu podia facilmente compreender as pessoas que, embora aceitassem intelectualmente os argumentos dos antissionistas — embora compreendessem a causa palestina, não conseguiam dar o passo emocional de se afastar do sionismo. Algumas escolheram desviar o olhar. Algumas regressaram à língua materna: à mitologia em que tinham sido criadas.

Pensei muitas vezes em como seria fácil, como seria tranquilo, nunca ter saído da simplicidade sionista. Penso com agonia no livro do meu avô. Penso, também, noutro livro que estava na casa da minha avó. Chamava-se *Ha-Yehudim be-Artsam* [Os Judeus na Sua Terra]. Na minha infância, esse título não parecia irónico. Recordo o pouco desconforto — o sentido orgulho — que essas palavras inspiravam.

O desconforto impôs-se.

Grande parte desse desconforto era a sensação de traição que vem de nos sentirmos enganados. Pior ainda era a sensação de que o nosso próprio povo — aquele que nos tinham dito ser o nosso próprio povo — era capaz de tal crueldade, de tal crime. Tratava-se de um conhecimento de que talvez qualquer pessoa preferisse ter sido poupada. Mas ninguém quer viver na ignorância ou com base em desonestidade. Como disse um escritor judeu: «Quando me tornei homem, pus de lado as coisas de criança.»

Os rabinos que se opunham ao sionismo — e a ideia era tão irreligiosa quanto o próprio Herzl — insistiam que se podia seguir o judaísmo ou o sionismo, mas não se podia seguir ambos. O sionismo, diziam eles, era uma nova religião, fundamentalmente oposta ao judaísmo. E em nenhum aspeto o sionismo se assemelha mais a uma religião do que na sua insistência em dogmas. Hannah Arendt descreveu as *Sprachregelungen*, as regras de discurso, que governavam a hierarquia nazi. «Significava aquilo a que em linguagem comum se chamaria uma mentira», escreveu ela. E conforme me familiarizava com o sionismo, passei a compreender que toda a sua estrutura estava alicerçada em *Sprachregelungen*. Passei a compreender por que razão, desde o início, impusera implacáveis códigos de discurso.

A HISTÓRIA DE UMA TRADIÇÃO REPRIMIDA DE PENSADORES JUDEUS QUE SE OPUSERAM AO SIONISMO

Em *Antissionismo: Uma história judaica*, Benjamin Moser revela uma tradição silenciada que influenciou o pensamento judaico ao longo de gerações. Através de uma galeria de artistas, rabinos, poetas, advogados, ativistas, jornalistas e políticos de todo o mundo, Moser traça a trajetória de dissidentes judeus que pagaram com censura, exílio e morte a denúncia das implicações morais e políticas do sionismo.

As vidas aqui descritas compõem uma narrativa global e abrangente que desmantela um mito poderoso: o da equivalência entre antissionismo e antisemitismo. Atravessando continentes e séculos, estas vozes divergem em crenças e origens, mas convergem no alerta para as consequências de um projeto nacionalista alicerçado na exclusão.

Este trabalho monumental restaura a verdadeira dimensão e profundidade da imaginação ética judaica, afirmando que o judaísmo é mais antigo e mais vasto do que qualquer projeto político específico. Lúcido, incisivo e profundamente humano, *Antissionismo* consolida a posição de Moser como um dos escritores judeus mais importantes da atualidade.

«Um livro de extraordinária clareza moral [...]. Os retratos vívidos, perspicazes e traçados com afeto iluminam a integridade das almas desafiadoras que se atreveram a opor-se.»

Nathan Thrall, autor de *Um dia na vida de Abed Salama*



Penguin
Random House
Grupo Editorial

www.penguinlivros.pt

Instagram Facebook YouTube Twitter penguinlivros

ISBN: 978-989-583-345-0



9 789895 833450